

Texto I

Aluna cega tem matrícula recusada por escola de Conselheiro Lafaiete (MG)

Família precisou travar batalha para garantir vaga para menina de 20 anos

MINAS GERAIS | Márcia Costanti, do R7

26/02/2016 - 09h20 (ATUALIZADO EM 26/02/2016 - 09h53)

<https://noticias.r7.com/minas-gerais/aluna-cega-tem-matricula-recusada-por-escola-de-conselheiro-lafaiete-mg-26022016>
Acesso em 9.ago.2022.

Texto II

Biblioteca ou sala de leitura estão presentes em 86,9% das escolas estaduais e em 90,8% das escolas privadas. (...) Com relação à acessibilidade, apenas 62,9% das escolas estaduais dessa etapa de ensino têm banheiros adequados para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Na rede privada, o percentual chega a 71,8%. Um percentual similar de escolas declarou ter algum recurso de acessibilidade (corrimão, elevador, pisos táteis, vão livre, rampas, salas acessíveis, sinalização sonora, tátil ou visual) nas vias de circulação internas das escolas de ensino médio.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf
Acesso em 9.ago.2022.

Texto III

A escola inclusiva é aquela que abre espaço para todas as crianças, incluindo as que apresentam necessidades especiais. As crianças com deficiência têm direito à Educação em escola regular. (...) Garantir que o processo de inclusão flua da melhor maneira é responsabilidade da equipe diretiva (...) e para isso é importante que tenham conhecimento e condições para aplicá-lo no dia a dia da escola. O princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos. “Por ser inovador e diferente em sua concepção da Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem sido motivo de dúvidas e interpretações”, afirma Maria Teresa Eglés Mantoan, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (Leped), na Universidade Estadual de Campinas Unicamp). Segundo ela, com a compreensão correta do que é o AEEE e o entendimento dos demais documentos, o gestor tem à sua disposição toda informação necessária para fazer o devido acolhimento ao aluno com deficiência. “O que não se pode fazer é basear esse acolhimento nos conhecimentos anteriores sobre Educação Especial”, diz ela. “Porque aí é como tirar uns óculos e colocar outros. É preciso ler com rigor e responsabilidade, ou seja, trocar de óculos”. A educadora reforça que “ninguém pode tirar o direito à educação do aluno”. E lamenta que na leitura feita dos documentos de inclusão, muitas vezes a interpretação dada para o termo “adaptações razoáveis” seja entendida como adaptações curriculares. “O documento fala em adaptações no meio físico, na comunicação, na forma de realizar as provas, por exemplo. Se um aluno tem deficiência física ou auditiva, ele pode precisar de um recurso, como uma carteira adaptada ou uma avaliação em braile. Mas não deve ser confundida com adaptação curricular”, diz. (...) A Lei nº 7.853 estipula a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiência – e transforma em crime a recusa a esse direito. Aprovada em 1989 e regulamentada em 1999, a lei é clara: todas as crianças têm o mesmo direito à educação. (...) Todas as crianças são capazes de aprender: esse processo é individual e o professor deve estar atento para as necessidades dos alunos. Crianças com deficiência visual e auditiva desenvolvem a linguagem e pensamento conceitual.

YOSHIDA, Soraia. Disponível em: <https://eespecialdeosasco.blogspot.com/2019/05/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com.html>. Adaptado. Acesso em 9.ago.2022.

Texto IV

O que é Educação Inclusiva?

Educação inclusiva significa um conjunto de alunos com diferentes origens, habilidades e necessidades, aprendendo lado a lado, na mesma sala de aula, com a valorização das diferenças e o respeito às faixas etárias, de modo a criar um ambiente educacional que priorize o respeito, aceitação e a solidariedade entre os educandos. Dessa forma, estudantes com ou sem deficiências podem interagir entre si, participar das aulas e cada um contribuir de forma única para o enriquecimento do aprendizado de todos.

Qual a diferença entre educação inclusiva e educação especial?

A Educação especial é a área da educação especializada no atendimento e ensino de pessoas com algum tipo de deficiência, podendo ser alunos com deficiência visual, auditiva, mental, física ou múltipla. A educação especial se dá em ambientes específicos, separados de classes convencionais ou comuns, com professores especializados no atendimento a deficientes. No caso da educação inclusiva, não há essa separação entre os estudantes: todos, sejam deficientes ou sem deficiência, aprendem juntos, num ambiente comum de sala de aula.

Qual a importância da educação inclusiva nas escolas?

Tendo em vista que os anos na escola fazem parte da formação não apenas acadêmica, mas também do caráter dos indivíduos, uma educação inclusiva é essencial para que, desde a infância, os estudantes aprendam a conhecer, a interagir, a compreender, a reconhecer e a valorizar a diversidade do ser humano. (...) A educação inclusiva vai refletir na vida adulta, para além das escolas, e na gradativa mudança de culturas sociais estereotipadas para com os deficientes ou diferentes.

https://www.primeirosos.com.br/educacao-inclusiva/?msclkid=1fc582b53ee814f2873de047f07c69f8&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=Categorias%20-%20kw%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o&utm_term=educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva&utm_content=Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva. Adaptado. Acesso em 9.ago.2022.

PROPOSTA DE REDAÇÃO: A partir do material de apoio e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o tema: “Caminhos para a educação inclusiva de cegos no Brasil”. Apresente a proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de maneira coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.